

# A Voz do Desertor

JORNAL DOS DESERTORES E REFRACTÁRIOS PORTUGUESES

## Editorial

### ABAIXO A FARSA «ELEITORAL»

No corrente mês de Outubro, realiza-se mais uma farsa «eleitoral», que visa apenas manter o sistema fascista e dar uma aparência «liberal» ao regime.

Contra esta farsa, levantaram-se em Portugal diversas forças anti-eleitoralistas, nomeadamente as *Comissões Anti-Eleitorais* (CAEs) que, avançando a justa palavra de ordem «*Não aos Votos!*», têm contribuído para o desmascaramento das «eleições» fascistas e das forças reformistas da oposição burguesa que, chamando as massas a votar, pretendem criar nelas ilusões eleitoralistas e pacifistas.

Continua na pág 2

### A MANOBRA «ELEITORAL» DO FASCISMO E A TRAIÇÃO REFORMISTA

Este mês tem lugar, de novo, o já tradicional espectáculo das «eleições» para deputados. Apesar do rotundo fracasso da farsa «eleitoral» de 1969, o regime fascista continua a procurar cobrir-se com a máscara da «liberalização». A imprensa e os porta-vozes governamentais insistem no carácter de plebiscito, de ratificação da sua política; falam em «mandato da nação» para prosseguir a repressão criminosa dos povos das colónias, a exploração desenfreada dos trabalhadores, a entrega da economia nacional ao imperialismo.

Na ausência das mínimas condições que possibilitariam uma campanha séria

— ausência de liberdade de imprensa, de reunião e de associação, inexistência legal de partidos de oposição ao regime, recenseamento selectivo excluindo a grande maioria dos trabalhadores, repressão brutal e pronta sobre todos os elementos de vanguarda —, a burguesia fascista, consciente da vitória, só tem a lucrar com a montagem desta farsa. Assim, apresenta à opinião pública internacional uma máscara de Estado de «direito», com o que tenta atenuar o isolamento crescente a que é sujeita, devido à guerra criminosa que conduz contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique.

Continua na pág. 2

## Grande Vitória do Povo da Guiné

Segundo um comunicado do PAIGC, a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné (Bissau), reunida nos dias 23 e 24 de Setembro nas regiões libertadas de Boé, a este do país, proclamou a *República da Guiné (Bissau)*. Ainda segundo o mesmo comunicado, foi aprovada uma Constituição para o Estado da Guiné (Bissau) e foi eleito um Conselho de Estado, de 15 membros encarregado de administrar as zonas libertadas, que será presidido por Luís Cabral, secretário-geral adjunto do PAIGC. Este acontecimento é de uma importância histórica no desenrolar da luta do PAIGC e do povo da Guiné (Bissau), constitui uma grande vitória das forças nacionalistas e é simultaneamente um grande estímulo para a continuação da luta pela independência total.

A proclamação da República, que corresponde a uma fase da luta, em que 2/3 do território estão efectivamente libertados e controlados pelo PAIGC, foi possível apenas graças à guerra popular prolongada travada desde 1963. Com efeito, des-

Cont. pág. 7



A votação da Assembleia Nacional da Guiné

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS, UNIVOS!



# «Eleições» fascistas (continuação)

Os governos imperialistas aproveitam-se dessa máscara para justificar perante os seus povos as relações estreitas e o apoio militar e diplomático que concedem ao regime fascista, essenciais à defesa dos grandes interesses que possuem quer em Portugal quer nas colónias.

A burguesia fascista tenta igualmente iludir os trabalhadores, oferecendo-lhes um derivativo para o seu ódio, ao mesmo tempo que lança a repressão sobre os elementos que mais se destacam nestas ocasiões. Para isso tem a colaboração preciosa da burguesia liberal, a qual tenta utilizar as massas populares como força de pressão para arrancar ao governo algumas reformas que permitam uma melhor defesa dos seus interesses de classe, sem tocar no sistema capitalista. De 4 em 4 anos, as personalidades mais representativas da chamada Oposição Democrática fazem a sua entrada em cena, pretendendo falar em nome do povo português e gesticulando freneticamente para tentar atrair a atenção das massas. Claro que a burguesia fascista, muito mais lúcida na escolha do método de defesa dos seus interesses, não desperdiça esta colaboração, pelo que autoriza mascaradas do género do Congresso de Aveiro, indo mesmo ao ponto de mostrar-se «centrista» e «moderada», com os criminosos de guerra das colónias a surgirem à sua direita, recriminando Caetano e comparsas pelo seu «liberalismo».

Nas tentativas de mistificação tem um papel importante o partido reformista de Cunhal, como ponta de lança da burguesia liberal junto das massas trabalhadoras. Aproveitando-se do prestígio conquistado antes de 1956 pelo Partido Comunista Português, os reformistas tentam desviar as massas da luta revolucionária e põ-las a reboque da burguesia liberal, com cujos interesses se identificam. Após a derrota de 1969, tentaram calar o descontentamento dos elementos mais combativos com algumas acções de sabotagem da ARA, desligadas da luta de massas e que se destinavam também a fazer pressão junto do fascismo. No princípio deste ano, com vistas à farsa «eleitoral» e à aliança por todos os meios com a burguesia, estes oportunistas suspenderam as suas acções armadas — demonstrando, assim, um alto sentido das suas responsabilidades!

O povo português tem já suficiente experiência do que significam estas manobras, e demonstrou-o amplamente nas últimas «eleições» manifestando um enorme desinteresse por essa gigantesca burla. Não só não comparece às urnas como não responde às frenéticas campanhas de recenseamento que os eleitoralistas organizam. Nas «eleições» de 1969, verificaram-se grandes percentagens de abstenções,

principalmente nos concelhos e zonas de grande concentração operária, com maior tradição de luta antifascista. Isto constituiu uma pesada derrota para toda a burguesia. Caetano afirmara na véspera das eleições que a abstenção era contra o governo e pela revolução. Os liberais, que incitavam ao civismo e à ordem, não esconderam a sua decepção quando viram baldadas as suas intenções de ir para São Bento.

Este ano, no Congresso de Aveiro chegou-se mesmo a alvitrar o voto obrigatório! E, no mesmo sentido, o governo fascista promulgou um decreto particularmente significativo: os candidatos que desistam ou que proponham a abstenção serão privados de «direitos políticos»!

Na verdade são cada vez mais numerosas as camadas antifascistas que repudiam a via eleitoralista e reformista como traidora dos interesses do povo. Da abstenção e desinteresse massivos, passa-se à organização da luta anti-eleitoralista, aproveitando o período da campanha para desmistificar a farsa e organizar as massas numa base antifascista, anticolonialista, anti-imperialista e anticapitalista. Neste sentido, saudamos e apoiamos o trabalho desenvolvido pelas CAEs.

Para os 100 mil jovens desertores e refractários espalhados pelos quatro cantos da Europa, que significado têm estas «eleições»? Vão elas acabar com a guerra? É claro que isso não acontecerá! É exactamente para poder prosseguir mais facilmente a opressão colonial e a exploração dos povos africanos e do povo português que o governo organiza as suas «eleições». Eles próprios o afirmam fazendo da guerra colonial o centro da sua campanha, jogando com os interesses que a burguesia liberal tem na exploração das colónias. Esta, seja qual for o rótulo político com que se apresenta tem uma posição neocolonialista. As palavras de ordem «nem guerra, nem abandono», «negociações após amplo debate nacional» destinam-se a garantir a continuação da exploração económica, quando já não for possível manter a dominação política. Nas passadas «eleições» chegou mesmo a haver candidaturas «democráticas»... pelas colónias! Quem pretendiam representar estes democratas na assembleia fascista? Os povos das colónias que desde há vários anos se ergueram, empunhando as armas — ou *os colonos*, cujos privilégios políticos, económicos e sociais assentam na opressão brutal daqueles povos?

Os desertores e refractários devem denunciar, onde quer que se encontrem, o carácter demagógico e burlas das «eleições» fascistas. Face à campanha internacional que o governo português procura montar com as «eleições» e com os malabarismos dos «Estados com autonomia

## EDITORIAL (continuação)

Na emigração, o jornal dos trabalhadores portugueses emigrados, *O Salto*, e o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados lançaram uma larga campanha de massas de apoio à luta travada em Portugal contra as «eleições» e pela Revolução Democrático-Popular, unindo assim os trabalhadores portugueses emigrados e as suas associações populares no objectivo comum de apoiar a luta popular em Portugal.

A luta dos desertores e refractários portugueses contra a guerra colonial está intimamente ligada à luta do resto do nosso povo contra o fascismo e pela Revolução Democrático-Popular. Enquanto existir o Estado fascista e imperialista dos exploradores, o colonialismo, na sua forma descarada ou nas suas diversas formas camufladas, manter-se-á. E, com ele, as tentativas de opressão doutros povos, os germes do expansionismo, do imperialismo e da agressão. A nossa luta deve, pois, integrar-se na frente unida do nosso povo pelas suas aspirações fundamentais. Só assim poderemos acabar com o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

A *Voz do Desertor* apela, pois, para que todos os desertores e refractários participem nesta campanha massivamente:

- denunciando a farsa «eleitoral» e explicando que, sob o capitalismo e, ainda mais, no sistema fascista, as «eleições» são uma burla;

- desmascarando as forças da oposição burguesa que tentam pôr a luta das massas populares a reboque da sua «democracia nacional» e das suas soluções reformistas e eleitoralistas;

- afirmando que apenas a insurreição, a luta popular armada, poderá dar o poder político aos trabalhadores, único meio de satisfazer as aspirações do povo português à Liberdade, Paz, Pão, Terra e Independência, de acabar com as razões que fazem emigrar todos os anos milhares de trabalhadores portugueses, de acabar com o colonialismo e a exploração capitalista.

A *Voz do Desertor* apela para que os desertores e refractários se unam às associações de trabalhadores para fazerem surgir na emigração um largo movimento de apoio à luta que se trava em Portugal contra a farsa «eleitoral». Estaremos assim contribuindo para a emancipação do povo português das garras do fascismo e do capitalismo.

administrativa», das «eleições legislativas», etc., nós devemos esclarecer os progressistas e as massas populares dos países que nos acolhem, no sentido de as despertar para a solidariedade com as lutas dos povos das colónias, com a luta do povo português, e mobilizando-as contra o apoio que os governos imperialistas prestam ao regime colonial-fascista português.

# NA FRENTE DE BATALHA

## GUINÉ

Num comunicado de 6 de Junho, o Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, anunciou que a intensa actividade desenvolvida em todas as frentes pelas forças patrióticas da Guiné(Bissau), durante a estação seca, culminou com a tomada da base entrincheirada de Guiledje, que fazia parte dos planos da operação Amílcar Cabral.

Esta base entrincheirada ocupava uma posição de grande importância estratégica e era fortemente defendida por duas companhias de infantaria colonialistas, reforçadas por unidades de cavalaria e artilharia do exército colonialista português, que tentavam, sem êxito, cortar uma das mais importantes vias de reabastecimento dos patriotas guineenses e flagelavam as aldeias do sector libertado de Balana.

Na madrugada de 25 de Maio, essa posição foi tomada pelas forças armadas de libertação nacional da Guiné(Bissau). Do balanço da operação resultou que 50% dos efectivos colonialistas foram aniquilados e os restantes abandonaram a base em pânico, fugindo pela floresta em direcção ao aquartelamento de Gadamael.

Os combatentes do PAIGC recuperaram em Guiledje o seguinte material: 2 canhões de 155 mm, 1 morteiro pesado de 106 mm, 2 morteiros pesados de 81 mm, 5 metralhadoras pesadas Dreyser, 3 bazookas de 88 mm, 5 pistolas-metralhadoras FBP, 47 espingardas automáticas G3, 8 espingardas Mauser 9 mm e grande quantidade de munições diversas, assim como 3 veículos blindados, 4 camiões Berliet, 1 camião Unimog e 1 jeep Wylis, todos em bom estado de funcionamento. Também a central eléctrica e o posto de rádio se encontravam intactos. Foram recuperados também mapas e outros documentos de alto valor militar, assim como víveres em quantidade prevista para vários meses.

Esta vitória foi acolhida com alegria por todo o povo da Guiné e Cabo Verde, pois abriu novas perspectivas para o desenvolvimento da luta armada de libertação no Sul do País. Tanto assim que, 3 dias após a conquista de Guiledje, foi possível às forças de libertação do PAIGC fazerem o cerco à base de Gadamael.

Segundo outro comunicado de guerra do PAIGC, as forças armadas patrióticas infligiram rudes perdas às tropas colonialistas portuguesas entre a última semana de Julho e os começos de Agosto.

Assim, a 23 e 24 de Julho as forças de libertação guineenses interceptaram 2 contingentes colonialistas que tentavam infiltrar-se nas zonas libertadas de Tchur e Belém, matando 34 inimigos, ferindo 28 e apanhando grande quantidade de munições. A 24 de Julho, um comando especial do PAIGC levou a efeito uma acção de sabotagem em Catio, matando 3 soldados colonialistas e destruindo um depósito de víveres. A 27 do mesmo mês, as forças armadas patrióticas fizeram saltar 2 camiões inimigos perto de Cabo-

## ANGOLA

Segundo o boletim *A Vitória é Certa*, órgão informativo do MPLA, os patriotas angolanos efectuaram em 28 de Março uma emboscada a uma coluna militar colonialista, na zona de Moxico, causando ao exército colonialista português perdas incontáveis e tendo sido capturadas numerosas armas e equipamento. Em Abril, na frente norte, dada a intensa pressão das forças do MPLA, o inimigo foi obrigado a abandonar o campo entrincheirado de Sanga Mongo, de grande importância estratégica. Também neste mês, teve lugar o ataque e destruição completa do aquartelamento colonialista de Mussúma, o que causou pesadas perdas aos colonialistas.

Em Maio, o exército colonialista desencadeou uma ofensiva em Ngonje, na frente leste, procurando destruir os destacamentos das forças armadas do MPLA. Os patriotas romperam o cerco e lançaram-se numa contra-ofensiva vitoriosa que provocou elevadas perdas e a fuga desordenada do inimigo. Um pelotão que pretendia reforçar as tropas colonialistas foi emboscado, tendo elementos em fuga ido cair sobre um campo de minas. Nesta operação houve 15 baixas no exército colonialista português. No dia seguinte os colonialistas tentaram exercer represálias, travando-se novo combate, que se saldou por nova derrota do exército português que teve mais 8 mortos.

Ainda durante o mês de Maio, o exército colonialista conseguiu cercar a base de Lupiri, no distrito de Cuando-Cubango, mas as forças do MPLA reagiram prontamente quebrando o cerco e causando 4 mortos e 10 feridos ao inimigo.

No mês de Junho, segundo o mesmo boletim, as forças armadas patrióticas de Angola armaram uma emboscada a uma coluna auto-transportada de fuzileiros especiais, perto de Lumbala fazendo numerosos mortos (11 dos quais foram identificados), destruindo todas as viaturas e apreendendo numerosas armas, equipamento militar e rações, assim como importantes documentos confidenciais com planos para operações futuras. As forças patrióticas não tiveram quaisquer baixas.

Conforme anunciou outro comunicado do MPLA, as suas forças efectuaram outra operação, no início do mês de Junho, na região de Cabinda, infligindo mais 40 mortos ao exército colonialista.

Tchamaque, na frente de Catio. A 3 de Agosto, os combatentes patriotas armaram uma emboscada a um grande contingente inimigo, a 3 kms de Tchur, sobre a frente de Bula-Cantchungo, matando 21 soldados inimigos e ferindo vários outros. A 4 do mesmo mês, os guerrilheiros interceptaram reforços de tropas colonialistas saídos de Cadique para Temberem, infligindo-lhes perdas muito importantes em vidas e material.

## MOÇAMBIQUE

Segundo um comunicado da FRELIMO, as forças armadas patrióticas de Moçambique destruíram 11 veículos militares portugueses no decurso de emboscadas e sabotagens ocorridas em Janeiro e Fevereiro deste ano. Em Cabo Delgado, os guerrilheiros minaram e emboscaram as estradas de Mueda a Namgololo, de Porto Amélia a Quissanga e de Maguidé a Pañamozi. No Niassa, foram atacados os aquartelamentos colonialistas de Nova Coimbra e Manhice.

Durante o mês de Julho, os guerrilheiros da FRELIMO lançaram um ataque contra uma das principais bases de protecção de Cabora Bassa, utilizando foguetões de 122 mm, destruindo várias instalações dos colonialistas e pondo fora de combate numerosos soldados do exército ocupante. Por outro lado, abateram um avião de transporte militar, quando este se preparava para aterrar em Mueda, Cabo Delgado, donde resultou a morte de mais 11 soldados do exército colonialista português.

Durante o mesmo mês, foi abatido um outro avião que participava num «safari», tendo morrido o espanhol Angel Garizabal Bastos, médico particular de Franco, ex-coronel da Força Aérea Espanhola e amigo pessoal de quemle carrasco do povo espanhol.

As forças patrióticas da FRELIMO atacaram também Chitenigo, uma das estâncias de repouso dos colonialistas, situada no centro da reserva de caça de Gorongosa (Manica e Sofala), criando o pânico entre os 40 turistas que lá se encontravam. A partir deste ataque, o exército colonialista destacou para lá algumas das suas forças. No entanto, querendo manter a aparência de domínio da situação, para que se mantenham as receitas chorudas desse cartaz turístico, essas tropas não andam fardadas, a fim de não alarmarem os visitantes.

Estes ataques são um aviso à grande burguesia parasita que, continuando a aceitar o convite da propandagem do governo colonialista, se desloca a Moçambique para se divertir, não acreditando na força e determinação do movimento de libertação nacional que, sob a direcção da FRELIMO, mantém acesa a guerra popular contra o ocupante colonialista.

Em 25 de Setembro, a FRELIMO festejou o nono aniversário da luta armada. Nesta última década, profundas transformações quantitativas e qualitativas se operaram em Moçambique. De acordo com a palavra de ordem do Comité Central da FRELIMO, que reuniu em Dezembro de 1972, a luta intensificou-se em todas as frentes, atingindo já o coração de Moçambique, a província de Manica e Sofala, onde se encontram alguns dos centros estratégicos da implantação colonial e imperialista. Também a província de Tete está inteiramente coberta pela guerrilha, encontrando-se Cabora Bassa

# Wiriamu: a excepção ou a regra

Ultimamente, a imprensa ocidental relatou em grandes parangonas alguns dos crimes odiosos cometidos pelo exército colonialista contra o heróico povo de Moçambique.

Soube-se, assim, que cerca de 400 camponeses de Wiriamu — uma aldeia do distrito de Tete — tinham sido massacrados, as suas casas incendiadas, tendo os poucos sobreviventes sido obrigados a procurar refúgio na floresta. Estes crimes ocorreram em Dezembro de ano passado, mas só recentemente foram denunciados, graças a relatórios de missionários. Tiveram uma ressonância de «escândalo», como se factos semelhantes nunca tivessem ocorrido no decurso da repressão da luta de libertação dos povos das colónias, nomeadamente em Moçambique.

Fique claro que nós consideramos que todos os crimes cometidos pelos colonialistas devem ser vigorosamente denunciados e pela nossa parte não deixaremos de o fazer. Mas é interessante notar que, ao longo destes 12 anos de guerra colonial, a imprensa burguesa ocidental tem mantido um silêncio cúmplice em relação à bárbara política colonialista do governo português, cujos métodos conhece bem, mas que tem servido fielmente os interesses imperialistas. Porém, a força crescente dos movimentos de libertação, a sensibilização da opinião pública à propagação das forças anticolonialistas fazem pensar alguns dirigentes da burguesia imperialista que receiam ter apostado na carta em branco. Também a necessidade de manter as suas posições eleitorais fazem hesitar alguns políticos burgueses, que antes não doseavam o seu apoio mas agora aconselham ao aliado fascista métodos mais brandos ou pelo menos mais discretos.

É curioso que os camaradas da FRELIMO, ao serem interrogados sobre o massacre de Wiriamu, disseram não estar ao corrente de pormenores, mas afirmaram prontamente que «os massacres são moeda corrente» na odiosa repressão colonialista da justa luta de libertação. E acrescentaram um rol de crimes semelhantes: Mueda, Joao, Xidecunde, Angónia, Tete, Mucumbura, em que foram assassinados várias centenas de moçambicanos, destruídas as suas aldeias e os seus haveres. Destes factos, tinham sido elaborados relatórios pela FRELIMO, mas não tiveram nessa altura honras da 1ª página na imprensa burguesa.

Os mesmos métodos «civilizados» são utilizados pelas tropas racistas do governo-fantochê da Rodésia que fazem frequentes incursões dentro de Moçambique, com a cumplicidade das autoridades colonialistas portuguesas. Os massacres de Deteve, Singe, Dack e o de Maio de 1973 em Mucumbura foram realizados pelas forças de Ian Smith. Ultimamente ataca aldeias da zona de Mpangula, Likela, Mapapaya, Malymidwe, massacrando as populações, incendiando as casas e destruindo as lavras.

O colonialismo português recorreu sempre aos métodos mais bárbaros para penetrar e ocupar os países africanos e escravizar os seus povos. O colonialismo inglês e o francês pretenderam dar a impressão de que conservavam «as mãos

limpas» nos seus impérios coloniais, e criaram camadas privilegiadas na população para servir os seus interesses. Portugal, país ele próprio «colonizado» pelo imperialismo britânico, não dispunha de capitais necessários para investir a longo prazo, e por essa razão coube-lhe sempre o papel de «capataz»: os seus privilégios de colonizador não tinham outra justificação senão a força, e esta foi sempre usada com enorme brutalidade.

O massacre de Mueda em 1960, em que foram assassinados 500 a 600 moçambicanos, quando não havia ainda luta armada em nenhuma das colónias africanas, é bem significativo do pavor que os colonos sentiam ao ver desenharem-se num futuro próximo o espectro da revolução nacional desses países. A África começara a despertar, após a 2ª guerra mundial, da sua longa noite colonial. Por todos os meios se tentava intimidar os patriotas: prisões e torturas dos suspeitos, demonstrações arrogantes de bombardeamentos com napalm, mobilização histórica dos colonos, na sua maioria com a consciência pesada dos crimes cometidos impunemente.

É de prever que os crimes coloniais-fascistas sejam cada vez mais frequentemente trazidos ao conhecimento público. O seu significado não é de força, mas sim de fraqueza do colonialismo. Ferido pelos golpes certos dos patriotas, o colonialismo reage como uma besta ferida. É ainda capaz de fazer vítimas, e fá-las-á, preferindo cobardemente vingar-se sobre as populações desarmadas.

Os colonialistas têm, certamente, razão em ver em cada moçambicano um inimigo. Profundamente ligados às massas, os patriotas são acolhidos, abastecidos e informados pela população, que é o terreno fecundo onde se desenvolve impetuosamente a consciência nacional e donde constantemente saem novos combatentes.

Após o fracasso da chamada «acção psico-social», o colonialismo tentou impedir esta osmose constante entre a população civil e os combatentes criando os tristemente célebres «aldeamentos estratégicos» — seguindo as pisadas do imperialismo americano no Vietnam. Ao mesmo tempo que tentam assim controlar a população «aldeada», declaram como zonas de «fogo à vontade» enormes regiões e bombardeando, assassinando e saqueando todos os que se recusam a abandonar as terras que cultivam desde há muitas gerações.

Todos estes crimes não terão outro resultado senão unir ainda mais firmemente o povo de Moçambique e determiná-lo a prosseguir na sua justa luta até à vitória completa.

Muitos operários e camponeses de Portugal, fardados e enquadrados no exército colonialista, participam nos crimes odiosos perpetrados contra os povos das colónias. A amplitude crescente do movimento de deserção, o desenvolvimento da luta do nosso povo, nomeadamente na frente anticolonial, não nos podem fazer esquecer este facto, que é uma das mais graves consequências da traição dos social-chauvinistas e reformistas (tipo Cu-

nhal) ao movimento revolucionário português e ao internacionalismo.

Todos nós conhecemos o tipo de propaganda chauvinista e racista que nos é impingida desde os bancos da escola e muito especialmente no exército. Quando a ela não se opõe a agitação e a propaganda consequentemente internacionalista e anticolonialista, facilmente os elementos menos conscientes adoptam a linguagem e o comportamento dos fascistas: os guerrilheiros são designados por «turras», os movimentos de libertação caluniados e certos oficiais e sargentos sentem-se à vontade para se vangloriarem das chacinas, torturas e violações, como se de actos «heróicos» se tratassem.

A divulgação de todos os aspectos da luta de libertação dos povos das colónias, a denúncia dos crimes e dos carrascos colonialistas, a propaganda da deserção antes do embarque — eis algumas das tarefas que os jovens, em Portugal, tanto fora como nas fileiras do exército, mais conscientes devem tomar em mãos, na presente fase da luta geral do povo português contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo. Por seu lado, os desertores e refractários portugueses, no estrangeiro, devem trabalhar para a criação de um poderoso movimento de desertores, divulgar e apoiar sem reservas a justa luta dos povos das colónias, denunciar as manobras neocolonialistas e o carácter criminoso da repressão colonial-fascista, assim como o apoio preponderante do imperialismo ocidental e soviético ao colonialismo português.

## O I CONGRESSO DOS CRIMINOSOS DE GUERRA

No intuito de manter e exacerbar nas centenas de milhares de soldados desmobilizados do exército colonial-fascista o chauvinismo que lhes foi inculcado durante o serviço militar, realizou-se no dia 3 de Junho, no Porto, o «I Congresso dos Combatentes do Ultramar».

Esta iniciativa, tomada por indivíduos animados de ideais manifestamente nazis, e que conta com o apoio total do regime caetanista, surge como reacção às manifestações de descontentamento em relação às guerras coloniais por parte de cada vez mais largas camadas do povo português, ao vasto movimento de deserção verificado nas fileiras do exército colonial-fascista e aos veementes protestos que, por todo o mundo, suscitam os bárbaros crimes cometidos contra os povos coloniais.

Segundo os seus promotores, a realização deste congresso ultra-reaccionário tinha como principais objectivos «reatar amizades nascidas em dois anos de doação total à mesma causa» e «celebrar os serviços prestados». Isto quer dizer: por um lado, manter e avivar as lições de racismo e chauvinismo aplicadas durante 4 anos de tropa; por outro, relembrar e comemorar os crimes selvagens cometidos contra os povos das colónias.

NA CONFERÊNCIA DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS

## CONDENAÇÃO DO COLONIALISMO

Teve lugar recentemente, em Argel, capital da Argélia, a *Quarta Conferência Cimeira dos Países Não-Alinhados*, a que assistiram representantes da maior parte dos países do Terceiro Mundo.

Entre outras, a Conferência adoptou uma «*Resolução sobre o Movimento de Libertação Nacional*», em que, depois de afirmar que a situação no Terceiro Mundo se caracteriza pela resistência armada aos sistemas colonialistas e à agressão imperialista, assim como pela luta pela salvaguarda e consolidação da independência nacional, decide «*fazer tudo para isolar os regimes colonialistas, racistas e de apartheid, nomeadamente através de:*

«1— a ruptura, a suspensão ou o congelamento de todas as relações com Portugal, a África do Sul, a Rodésia e Israel;

«2— a denúncia destes regimes em todos os encontros internacionais de carácter político, económico, cultural e social;

«3— a organização de campanhas de informação junto da opinião pública mundial, particularmente junto da opinião pública dos países ocidentais, para denunciar o apoio que certos governos destes países prestam ao colonialismo português e aos regimes da África do Sul, da Rodésia e de Israel».

A Conferência adoptou ainda uma «*Resolução sobre os territórios sob Dominação Portuguesa*» e uma «*Resolução sobre Angola, Guiné (Bissau) e Moçambique*». Estas resoluções reafirmam «o direito inalienável à autodeterminação e à independência e a legitimidade da luta dos povos de Angola, Moçambique, e da Guiné (Bissau) e Cabo-Verde»; condenam

«*energicamente o governo português pela sua recusa obstinada em aplicar a declaração sobre a concessão da independência aos povos coloniais*» e condena ainda «os Estados membros da Nato que continuam a prestar a sua assistência a Portugal na sua guerra colonial e convida-os a porem-lhe um fim».

A resolução termina reafirmando «o seu apoio total e a sua inteira solidariedade com os povos em luta contra o colonialismo português e compromete-se a aumentar o seu apoio material e moral à sua justa causa».

Estas resoluções constituem mais uma vitória para os heróicos povos das colónias, que lutam arduamente, de armas na mão, contra o ocupante colonialista português.

## MANIFESTAÇÃO DO POVO SUÍÇO CONTRA O IMPERIALISMO



MANIFESTAÇÕES EM LAUSANA

Do dia 8 ao dia 23 de Setembro, realizou-se em Lausanne uma feira comercial, à qual Portugal era *convidado de honra*. O governo suíço tentava, assim, resgatar o fascismo-colonialismo português dos crimes que comete tanto em África como em Portugal. Mas os cálculos saíram-lhe furados. As organizações anti-imperialistas da Suíça, assim que tomaram conhecimento do facto, decidiram organizar uma larga campanha de informação sobre a guerra colonial e a repressão em Portugal, denunciando simultaneamente a colaboração da burguesia e do governo suíço na criminosa guerra colonial.

No dia 7, em Genebra, a agência da TAP foi ocupada durante meia hora. Esta ocupação foi acompanhada por uma distribuição de panfletos nas ruas da cidade. No dia 8, dia da abertura da feira, 4 mil pessoas participaram em Lausanne numa manifestação de condenação da presença de Portugal na feira e da colaboração da burguesia suíça na guerra colonial. Esta manifestação foi seguida por um comício em que os representantes das diferentes organizações suíças exprimiram o seu apoio às lutas de libertação conduzidas pelos povos de Angola, Guiné e Moçambique. Grupos de manifestantes tentaram em seguida ocupar o pavilhão português, afrontando-se directamente com a polícia de choque que protegia o pavilhão.

Durante toda a duração da feira, decorriam, simultaneamente em Lausanne e em Genebra, exposições permanentes sobre a guerra travada pelos povos das colónias portuguesas e sobre os seus movimentos de libertação, ilustradas por debates e filmes.

Uma coisa é certa: apesar dos fascistas portugueses não terem sido expulsos, o seu isolamento aumentou consideravelmente. Para o povo suíço, esta feira foi também a ocasião de desmistificar o carácter pretensamente «neutral» do governo suíço, e um passo em frente no apoio internacional aos povos oprimidos!

# COMITÉ DE ESTOCOLMO

Faz agora seis meses que o Comité de Desertores de Estocolmo aprovou um programa, uns estatutos e outros documentos, nos quais definia claramente a sua orientação política.

Foi a definição clara da sua orientação e a aplicação firme dos princípios porque se rege, que permitiram na prática forjar a unidade entre os membros do Comité e ultrapassar a fase inicial de clube de discussões para se tornar numa organização de luta dos desertores e refractários portugueses.

Conforme anunciámos no nosso último número, passamos a transcrever alguns extractos do programa do Comité.

«Na luta antifascista:

(...)

O CDPE considera a Revolução Popular como a única via que levará o povo português a derrubar o fascismo e a uma alteração radical da sua situação pela instauração do Poder Popular.

(...)

O CDPE considera necessário combater e desmascarar os falsos «antifascistas» aqueles que procuram fazer o povo português acreditar na «liberalização» da ditadura fascista, nas burlas «eleitorais» e outros métodos legalistas e pacifistas que não servem senão para continuar a manter o Povo trabalhador debaixo da ditadura da burguesia.

— na luta anti-colonialista e anti-neo-colonialista:

(...)

A classe operária portuguesa, explorada na metrópole imperialista pelo mesmo sistema económico, é a única classe que tem como interesse de classe apoiar a luta armada dos povos colonialistas. É ela a única que, à cabeça das restantes massas trabalhadoras, pode consequentemente prestar uma solidariedade activa à luta dos povos coloniais.

O CDPE considera que a principal forma de solidariedade activa à luta dos povos coloniais consiste em fazer a revolução popular em Portugal, e defende que só a aliança internacionalista entre os trabalhadores de Portugal e das colónias pode levar à vitória sobre os seus opressores comuns.

— na luta anti-imperialista:

(...)

O CDPE considera que a solidariedade para com as lutas dos povos oprimidos é uma forma de luta pela paz no mundo. Mas ela não pode ser confundida com o pacifismo, luta abstracta pela paz, que só serve o imperialismo porque, escondendo os conflitos de classe, desarma a classe operária. A luta pela paz no mundo é a luta pela aniquilação dos factores de guerra, isto é, a exploração de classe e o imperialismo.

(...)

O CDPE denuncia também os social-imperialistas soviéticos, inimigos especialmente perigosos porque se apresentam

como grandes opositores do sistema imperialista e campeões no apoio à luta dos povos oprimidos. Eles procuram assim mascarar o seu próprio carácter imperialista. Através da ingerência nas lutas dos povos oprimidos, através da exigência de negociações e cessar-fogos, pretendem evitar que as guerras de libertação nacional sejam levadas até às suas últimas consequências, alargar as suas zonas de influência e continuar a exploração desses povos. (...)

## ACTIVIDADES DO CDPE

— 3 de Julho: O CDPE organizou um Comício de Solidariedade com a luta popular em Portugal, que teve a presença de cerca de 100 anti-imperialistas portugueses e suecos. Após a intervenção de um representante do CDPE sobre a luta popular e o movimento dos desertores e refractários portugueses, falou o camarada Fernando Cabral, irmão de Amílcar Cabral, que descreveu a situação da luta de

libertação no Guiné-Bissau. Foi ainda exibido o filme «Temoignage» (Testemunho) que descreve uma emboscada feita a uma coluna do exército colonialista português pelo exército de libertação nacional a 30 km de Bissau.

— 3 de Setembro: na comemoração do vigésimo oitavo aniversário da fundação da República Democrática do Vietname, o CDPE participou num comício organizado pela Liga da Juventude comunista da Suécia (Marxista-Leninista) — com um discurso sobre a luta de libertação dos povos sob domínio colonial português.

— 8 de Setembro: O CDPE organizou uma festa de confraternização em Estocolmo. A festa foi largamente concorrida, decorrendo num espírito de camaradagem entre os portugueses residentes em Estocolmo, camaradas portugueses vindos de Uppsala e numerosos anti-imperialistas suecos.

— 6 de Outubro: O CDPE organizou uma manifestação em comemoração da proclamação da República da Guiné-Bissau.

## MOÇAMBIQUE

(cont. pg. 3)

isolada. Assim, a guerrilha cobre, hoje, já 40% do território de Moçambique. Perseverando na guerra popular prolongada e contando com as próprias forças, fortalecendo cada vez mais a sua unidade interna e a sua aliança com os demais povos africanos e do mundo, o povo de Moçambique e os povos de Angola e da Guiné(Bissau), tarde ou cedo, conquistarão a vitória sobre o ocupante colonialista português e libertarão os seus países. O povo português, que encontra nesses povos os seus mais directos aliados, também luta contra o mesmo inimigo — a burguesia fascista e colonialista portuguesa e o imperialismo internacional. Também ele, cedo ou tarde, conquistará a vitória, desde que persevere na organização e mobilização e, quando for possível, na luta armada popular. É esse o grande exemplo que lhe é indicado pelos povos irmãos de Angola, Guiné(Bissau) e Moçambique.

Hoje, a burguesia imperialista não militariza somente o povo inteiro, mas também a juventude. Amanhã ela procederá talvez mesmo à militarização das mulheres. A este respeito, é preciso que nós digamos: Tanto melhor! Que se apressem! Quanto mais depressa o fizerem, mais depressa chegaremos à insurreição armada contra o capitalismo.

V.I. Lénine, *Sobre a Palavra de Ordem de Desarmamento*  
Dezembro de 1916.

Comité de Desertores Portugueses  
de Estocolmo  
Box 42 110  
126 12 Estocolmo, Suécia.

Se estás em França por teres recusado participar na guerra colonial; se por isso tens dificuldades na legalização aqui em França; se pretendes simplesmente ajudar a luta contra o colonialismo português; contacta o

COMITÉ DE APOIO  
AOS DESERTORES  
E REFRACTÁRIOS  
PORTUGUESES

127, Rue St. Maur, Paris 11.  
Metro: Goncourt ou Couronnes.  
Quartas-Feiras: das 18 h às 21 h.  
Sábados: das 16 h às 20 h.  
174, Rue Championnet, Paris 18.  
Metro: Guy Moquet.  
Sábados: das 18 h às 20 h.

**CAMARADA! DESERTOR!  
CONTACTA O TEU JORNAL!  
CRIA GRUPOS DE LEITURA  
E DE DIVULGAÇÃO DE  
«A VOZ DO DESERTOR»!**

Escreve-nos para:

Didier François  
B.P. 279  
75525 Paris Cedex 11

# GRANDE VITÓRIA DO POVO DA GUINÉ

(continuação da pág. 1)

de 1956, data da criação do PAIGC, até à proclamação da República, os combatentes africanos tentaram diversas formas de luta.

No início, o movimento pela independência nacional limitava-se às greves e manifestações. Mas depressa a violência da resposta dos colonialistas portugueses, que reprimiam barbaramente qualquer protesto por parte da população, levou o PAIGC à convicção de que só um exército de libertação nacional poderia fazer face ao exército colonialista. E, na realidade, a libertação de 2/3 do território e a proclamação da República tornaram-se possíveis graças à luta armada travada pelo exército popular de libertação da Guiné (Bissau) e Cabo-Verde.

Esta é a primeira grande lição que nos dá a história da luta do PAIGC e do povo guineense pela independência total. Ela serve de exemplo aos povos oprimidos do mundo inteiro.

Mas há outra lição, que nos dão os combatentes africanos: é que um povo pequeno e inicialmente fraco pode sempre vencer um inimigo forte e bem apetrechado, se estiver pronto a lutar até à vitória, se tiver uma visão clara das razões do seu combate.

De facto, como pôde o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde, o PAIGC, dirigir o povo dum pequeno país de 800 mil habitantes à vitória

Ao camarada Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné (Bissau).

*Saudamos calorosamente novo Estado independente. Grande vitória contra colonialismo português.*

*A Voz do Desertor*

sobre um exército colonial-fascista de 40 mil soldados, apoiado pelo imperialismo internacional?

Como pôde o PAIGC transformar o ódio e a consternação das massas populares pelo bárbaro assassinato de Amílcar Cabral numa energia irresistível que levou a consecutivas vitórias sobre o ocupante, desde o ataque de Guiledje à proclamação da independência?

É que o PAIGC tem dado uma grande importância à politização das massas populares, organizando, nas aldeias das regiões libertadas, assembleias de explicação da linha seguida pelo PAIGC, de educação e de formação política. A própria vida nas regiões libertadas, organizada segundo os princípios da democracia popular, com os seus hospitais; com os seus armazéns populares, onde o povo compra o que necessita sem ser explorado; com as suas escolas onde as crianças aprendem, já não a história e a cultura do ocupante colonialista, já não o espírito servil, mas sim a sua

própria cultura nacional, o amor a ser livres e a lutar pela independência do seu país; com os seus tribunais populares que exercem a justiça popular, etc. Toda esta organização da vida nas regiões libertadas e administradas pelas forças do PAIGC é, pois, um poderoso estímulo à luta pela independência nacional, pela construção de um Estado totalmente independente e democrático.

*A Voz do Desertor* saúda calorosamente o novo Estado independente da Guiné (Bissau), certo de que esta grande vitória sobre o colonialismo português é um grande estímulo na luta dos povos oprimidos do mundo inteiro, em particular dos povos de Angola e Moçambique, e também na luta do povo português contra o fascismo e pela democracia popular.

Viva a República Democrática da Guiné (Bissau)!

Abaixo o Colonialismo e o Imperialismo!

Os Povos de Angola, Guiné (Bissau) e Moçambique Vencerão!

## NÓS E OS RADICAIS (continuação)

te mas sem se desligar delas. Pois bem! Os indivíduos que, actualmente, lançam a palavra de ordem «desertar com armas!» estão a léguas de distância das massas.

### Desertar antes do embarque

Na etapa actual, esta é a palavra de ordem correcta a lançar às massas de soldados. *A Voz do Desertor* dá o seu apoio a esta palavra de ordem, visto ela ser fruto da análise da situação concreta atrás referida, e por ela ter possibilidades reais de ser posta em prática pela massa dos soldados. Aliás a prática tem confirmado a justeza desta posição: é cada vez maior o número de soldados que, depois da recruta e da especialidade e antes de embarcarem para as colónias, desertam do exército e vêm para o estrangeiro continuar o trabalho de propaganda, de agitação e de organização no seio dos desertores e da emigração.

No número dois do nosso jornal, expúnhamos claramente a nossa posição: «a posição da não colaboração com o fascismo ao mesmo tempo que contra as aventuras. (...) Para *A Voz do Desertor* só há uma posição correcta: fazer a recruta e a especialidade, aprender a manejar as armas, fazer agitação e propaganda anticolonial no seio do exército em Portugal e, antes de embarcar para as colónias, desertar e continuar o combate no seio da emigração. Isto, hoje, porque ainda não há condições de organização para desenhearse a insurreição popular em Portugal.»

Definíamos, pois, como tarefas actuais, «criar as condições de organização das massas populares e dos soldados e marinheiros que permitam transformar a guerra colonial em insurreição popular» e «até se ter atingido esse objectivo, desertar antes do embarque para as colónias.»

Concluindo, nós pomos a questão seguinte: quem são os que entram na realidade o desenvolvimento da Revolução Democrático-Popular? Aqueles que, en-

carando a realidade de frente, apontam aos soldados, sem demagogia, com clareza, o caminho difícil a percorrer até ao desencadeamento da insurreição popular; ou aqueles que, baseando-se nos seus desejos alucinados e incapazes de compreenderem os períodos tácticos do desenvolvimento da Revolução Democrático-Popular, lançam a vanguarda em aventuras, desviando-a das suas verdadeiras tarefas e acabando por a desmobilizar?

Nós temos ainda a dizer ao grupo *Luta* que desertar com armas é, de facto, um acto que requer coragem e abnegação e amanhã será muito útil à luta popular. Mas para nós, que lutamos pela Revolução Democrático-Popular, esta não se fará pela acção de uns quantos heróis individuais, mas sim pela de um herói colectivo: as massas populares, dirigidas pela sua vanguarda. Por isso, só lançaremos a palavra de ordem «desertar com armas» quando a ela responderem as massas de operários e camponeses que estão no exército e não meia-duzia de heróis desgarrados.

# Nós e os Radicais do «Luta»

No editorial do seu número datado de Junho de 1973, o boletim *Luta*, do chamado «Comité de Apoio aos Desertores Portugueses em França»<sup>1</sup>, acusava a posição do nosso jornal sobre a deserção de «*injusta e sabotadora da Revolução Popular*». E, isto, porque temos vindo a criticar a palavra de ordem «*desertar com armas*» como sendo aventureira, ao mesmo tempo que defendemos que se deve desertar antes do embarque para as colónias.

Neste artigo explicamos porque é que combatemos aquela palavra de ordem. Esta resposta é importante pois permite aos desertores e refractários distinguir os que tomam a Revolução Democrático-Popular como uma coisa séria, que requer um trabalho paciente e prolongado,

dos que a levam a brincar e querem lançar os revolucionários em aventuras que só facilitam o trabalho da Pide.

Antes de entrarmos propriamente no assunto, queremos fazer notar algumas posições demagógicas do editorial do boletim *Luta*.

Assim, a determinada altura, o referido editorial diz que pretende «*mostrar aos soldados e marinheiros nos quartéis*» a injusteza da nossa posição face à palavra de ordem «*desertar com armas*». E o editorial termina com a palavra de ordem «*soldados, unamo-nos à luta revolucionária do Povo!*».

Aqui, uma pergunta se impõe. É o boletim *Luta* um órgão de soldados e marinheiros, destinado à sua organização? Se,

como diz no próprio cabeçalho, *Luta* é o órgão de um «Comité de Apoio aos Desertores Portugueses em França», ele deveria, portanto, ser destinado à massa dos anti-imperialistas portugueses e franceses existentes em França e que pretendem apoiar os desertores portugueses que aí se refugiam.

Este «Comité de Apoio» não vai, pois, mostrar absolutamente nada aos soldados e marinheiros e muito menos unir os soldados à luta revolucionária do povo, pois esta organização, que é francesa, e que existe em França, não vai, como é evidente, organizar, em Portugal, os soldados e marinheiros portugueses.

Porquê, pois, tal fraseologia? Será puro infantilismo ou vontade deliberada de lançar a confusão?

## Os argumentos do «Luta»

Posto isto, vejamos agora qual é a argumentação de *Luta* para justificar a palavra de ordem «*desertar com armas*».

A dita palavra de ordem seria justa, em primeiro lugar, «*porque os soldados e marinheiros revolucionários não devem descurar desde já a preparação e a propagação junto das massas populares, das gloriosas tarefas da Revolução Popular Armada*». Em segundo lugar, «*e principalmente*», «*porque 'desertar com armas' é hoje um acto exemplar e revolucionário*».

Francamente, esta análise fará pasmear qualquer revolucionário que tenha um pouco de bom senso. Aqui, não há ponta de análise concreta da situação concreta. Nem ponta de análise do estado actual, real, do nível político e da organização das massas trabalhadoras em Portugal!

Nem ponta de análise do estado actual, real, do nível político e de organização dos soldados e marinheiros em Portugal!

Nada disso interessa ao grupo *Luta*. Situação concreta, estado actual do movimento revolucionário, são coisas que não entram na sua análise. Para ele só interessa a frase empolada e desligada da realidade.

Face a isto, pergunta-se: será a situação concreta, o nível de consciencialização e organização das massas, que determina as palavras de ordem que os revolucionários lançam às massas, ou será que as palavras de ordem são determinadas pelas boas intenções dos indivíduos? Qualquer revolucionário lúcido, sabe que só a análise da situação concreta poderá determinar qual é a palavra de ordem

correcta sobre a deserção.

Lançar actualmente a palavra de ordem «*desertar com armas*», só porque se acha que isso é «*um acto exemplar e revolucionário*», é negar a experiência de longos anos de luta revolucionária, é cair no aventureirismo.

A *Voz do Desertor*, ao apoiar uma palavra de ordem, não o faz pelo seu conteúdo abstracto, mas sim por corresponder a uma etapa concreta da luta, podendo portanto ser compreendida e posta em prática pelas massas.

Ora a palavra de ordem «*desertar com armas*» não corresponde à etapa actual da luta, ao estado actual de consciência das massas e ao seu grau de organização. Por isso denunciámos como aventureiros e oportunistas aqueles que hoje a lançam.

## A situação concreta actual

Dum lado, existe um Estado fascista, centralizado, ramificado, com uma poderosa máquina repressiva capaz de destruir qualquer luta isolada. (exército, polícia, legião, bufaria). Além deste aparelho, a burguesia possui outro (jornais, rádio, televisão) que é o veículo que serve para inculcar nas massas trabalhadoras a ideologia e a cultura burguesas. A burguesia possui ainda organizações pretensamente progressistas e «*revolucionárias*», que são os seus porta-vozes junto dos operários e das massas trabalhadoras.

Doutro lado, existem as massas populares, que não estão ainda suficientemente organizadas de maneira a constituírem

uma única vontade em torno do seu núcleo dirigente, a classe operária e a sua vanguarda; de maneira a responderem a uma única voz central, dirigente, coordenadora que, generalizando e unificando as lutas isoladas e locais, com uma visão de conjunto de todo o processo, seja capaz de, quando as condições forem favoráveis, lançar como palavra de ordem o desencadeamento do processo insurreccional e de organizá-lo.

Parte integrante das massas populares, os soldados e marinheiros estão igualmente longe de formar um todo coeso e organizado, e não existe hoje nenhuma estrutura clandestina capaz de organizar no seu seio os soldados que desertam. Esta situação manter-se-á enquanto existir o atraso e a fraqueza organizativa das forças operárias e populares, da qual depende a organização dos soldados e marinheiros revolucionários, um dos embriões do futuro Exército Popular.

Nestas condições, o roubo da armas do exército fascista, hoje, além de ser difícil e arriscado, por chamar a atenção da repressão, é perfeitamente inútil.

Além de todas estas considerações, existe ainda uma outra que é primordial na determinação de uma palavra de ordem. Trata-se de saber qual é o estado político da massa dos soldados. Será que esta massa já está pronta a compreender e a pôr em prática tal palavra de ordem? Dado o atraso organizativo das massas populares, dado que, como consequência, o processo insurreccional não pode ainda ser posto em movimento, é evidente que a massa dos soldados, não adere nem pode aplicar tal palavra de ordem. Aliás, a prática tem-no mostrado amplamente.

É conhecido de todos que, quando se quer organizar as massas populares para a luta revolucionária, se deve estar um passo à frente delas, puxando-as para a frente.

cont. pág. 7

1. Este comité é conhecido pelas suas manobras divisionistas do movimento anticolonialista na emigração. Não confundir com o Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses com permanências nas ruas St. Maur e Championnet, em Paris, que no seu Boletim do Comité de Apoio nº1 desmascara as manobras daquele grupo sabotador.

